



**ILUSTRÍSSIMO(A) PREGOEIRO(A) DA COMPANHIA DE SANEAMENTO
MUNICIPAL – CESAMA DE JUIZ DE FORA-MG**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0011/2025

JAMSE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.810.790/0001-95, sediada a Rua Inácio Lustosa nº 241, conj. 03, 2º Andar, São Francisco, Curitiba-PR, CEP 80510-000, através do seu sócio administrador ao final assinado, na forma de seu contrato social, vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA**, nos termos a seguir.



1. SÍNTESE DO PREGÃO ELETRÔNICO

O Edital de Pregão Eletrônico nº 0011/2025 promovido pelo CESAMA, objetiva a *“contratação de empresa especializada em gerenciamento e controle de frota, compreendendo manutenções diversas, corretiva e preventiva, para a frota da CESAMA (motocicletas, automóveis, utilitários, caminhões, geradores, máquinas e equipamentos), com utilização de sistema integrado e informatizado, em tempo real (real time) permitindo a transmissão de dados da movimentação diária por software via internet”*.

A JAMSE, com lance final de -10,00% de taxa de administração, apresentou a sua proposta final, composição de custos e exequibilidade e documentos de habilitação. Após análise e julgamento, sua proposta foi aceita e classificada, bem como foi declarada habilitada.

Irresignada, a empresa **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA** apresentou intenção recursal em face da proposta e habilitação da empresa Recorrida.

Conforme adiante será exposto, as razões de recurso apresentadas pela Recorrente são insuficientes para modificar as decisões de classificação e habilitação proferidas pelo(a) Pregoeiro(a), que deverão ser mantidas em sua integralidade.



2. DAS RAZÕES PARA DESPROVIMENTO DO RECURSO.

2.1. DA CONFORMIDADE DO CNAE DA EMPRESA COM O OBJETO DA LICITAÇÃO – ATIVIDADE COMPATÍVEL. DA DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE FROTA.

A recorrente alega que inexistiria no CNPJ da Recorrida CNAE compatível com o objeto da contratação, e que a empresa se trata de uma mera oficina mecânica.

Não assiste razão à recorrente. O fato de a empresa estar apta a exercer as diversas atividades descritas em seu contrato social, não significa que a mesma necessite ou esteja de fato as exercendo em sua totalidade. Uma empresa pode, por exemplo, possuir 50 atividades em seu contrato social e atuar efetivamente em somente uma delas, a seu critério, seja a atividade principal ou secundária.

Conforme pode se verificar das atividades inscritas no CNPJ da empresa, a recorrida é prestadora de “Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 74.90-1-04)” e de “Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (CNAE 70.20.4.00)”, atividades estas pertinentes ao gerenciamento de manutenção de frotas.

Ainda que tal se verificasse (e não se verifica), não seria motivo para inabilitação da licitante, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) tem se posicionado de forma a equilibrar a exigência do CNAE e Capacidade Técnica. Embora o CNAE seja importante para enquadrar a empresa no ramo de atividade adequado, o TCU tem defendido que a ausência de um CNAE específico não deve ser motivo automático para desclassificação, desde que a empresa apresente Atestados de Capacidade Técnica que comprovem sua capacidade de executar o objeto da licitação:

Acórdão 444/2021 – Plenário: Neste acórdão, o TCU analisou a desclassificação de uma empresa que foi inabilitada por não possuir o CNAE exato para o serviço de recuperação de estradas vicinais. Embora o CNAE da empresa não estivesse totalmente alinhado ao objeto da licitação, a empresa havia apresentado Atestados de Capacidade Técnica que comprovavam sua experiência em atividades muito próximas. O Tribunal entendeu que a desclassificação baseada exclusivamente no CNAE foi um formalismo excessivo e prejudicial à competitividade do certame. O TCU enfatizou que o objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa e que a capacidade técnica real da empresa, comprovada por atestados, deveria ser priorizada.

Acórdão 9365/2015 – 2ª Câmara: Outro exemplo relevante é o Acórdão 9365/2015, no qual uma empresa foi desclassificada em uma licitação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) por não ter o CNAE para distribuição de refeições. A empresa apresentou Atestados de Capacidade Técnica que demonstravam sua experiência em fornecer refeições para grandes eventos, mas a comissão de licitação insistiu na desclassificação devido à ausência do CNAE específico. O TCU decidiu em



favor da empresa, afirmando que a Capacidade Técnica comprovada por meio dos atestados deveria ser suficiente para manter a empresa na disputa.

Acórdão 1203/2011 – Plenário: Neste acórdão, o TCU julgou a desclassificação de uma empresa que não possuía o CNAE para transporte de cargas leves em um pregão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A empresa, embora não tivesse o CNAE exigido, havia executado serviços semelhantes para a própria Suframa em contratos anteriores. O TCU reafirmou que o foco deve estar na Capacidade Técnica da empresa, especialmente quando esta é comprovada por Atestados de Capacidade Técnica, independentemente da ausência do CNAE específico. E mais:

[...] A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal [...]

Conforme ensinamentos de **Marçal Justen Filho** (em Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553):

(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação.



Vejamos o que diz a **Receita Federal** sobre esse assunto:

Diante disso, ressalta-se que não haveria a priori lesão e motivo para a exclusão da empresa por não apresentar todas as informações sobre a sua CNAE. Além disso, a empresa também poderá comprovar que possui especialização no ramo da atividade licitada por meio do seu contrato social (Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre – 6ª Turma. Portal Fazenda do Governo Federal. (Grifo nosso).

Entre os objetivos do CNAE está a padronização dos códigos de atividades no país, a fim de facilitar o enquadramento de tributos das empresas, o que também colabora para a fiscalização dos órgãos competentes.

Frisa-se que o CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. Em outras palavras, a CNAE é a classificação nacional de atividade econômica composta de dígitos, que descrevem qual é a atividade econômica exercida pela empresa.

Em que pese a descrição de atividade de “serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores” como atividade principal da empresa Recorrida, fica evidente que os serviços objetivados pela presente licitação estão abarcados em suas atividades econômicas secundárias, inexistindo qualquer restrição ao exercício dos serviços de gerenciamento pela empresa Recorrida. Em outras palavras, a empresa pode

exercer qualquer uma das atividades inscritas em seu CNPJ, seja principal, seja secundária.

Assim, tem-se claro que a decisão de habilitação e aceitação da proposta apresentada pela Recorrida observou adequadamente a legislação aplicável, bem como os princípios do processo licitatório, razão pela qual o Recurso Administrativo apresentado não comporta provimento.

2.2. DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PELOS ATESTADOS APRESENTADOS. DOCUMENTO QUE COMPROVA A PRESTAÇÃO PRÉVIA DE SERVIÇOS COM OBJETO SIMILAR.

As alegações da Recorrente quanto à suposta inadequação dos atestados apresentados pela Recorrida e, conseqüentemente, quanto à ausência de comprovação da qualificação técnica da empresa não merecem prosperar.

Considerando o objeto da presente contratação, entende-se que o atestado apresentado pela Recorrida atende completamente à exigência do Edital.

O edital exige o seguinte para qualificação técnica das licitantes:

6.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Para a habilitação, a licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto licitado em valores, qualidade, quantidade e prazos etc. através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante;



Note-se que o edital não trás qualquer exigência específica de valor, quantidade ou prazo nos atestados. Pretende a licitante estender a interpretação do ato convocatório de forma ilegal e arbitrária, ignorando completamente o princípio da vinculação ao edital.

Os itens 5.1.1 e 5.1.2 2.12.3 do edital informa que o órgão possui uma frota de 75 veículos e equipamentos no total, entre frota própria e alugada.

Para o cumprimento da determinação editalícia, a Recorrida apresentou dois atestados de capacidade técnica, de contratos que ultrapassam o valor de **4 milhões de Reais**, de gerenciamento de manutenção de um total de **208 veículos**, com vigência de um ano cada, ou seja, os atestados apresentados são totalmente compatíveis com o objeto e quantitativo licitado pelo município.

A determinação da Lei de Licitações encontra-se compatível com o próprio propósito da “qualificação técnica” nas licitações, que consiste simplesmente em garantir que o licitante seja capaz de prestar os serviços a serem contratados. No caso em tela, a Recorrida comprovou a prestação anterior de serviços similares, capazes de demonstrar a capacidade técnica da empresa para execução dos serviços.

Com fulcro no art. 37, XXI da Constituição Federal, o processo de licitação pública só permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações. Portanto, a fase de habilitação do certame limita-se à análise da aptidão dos licitantes em executar adequadamente o objeto da licitação, sendo ilegais as

exigências que extrapolem tal finalidade.

Desta forma, as alegações apresentadas pela Recorrente de que os atestados são genéricos e insuficientes são extremamente forçosas, até porque a recorrida detém os contratos, editais e termo de referência referentes aos atestados, onde constam todos os detalhes técnicos da contratação. Obviamente nenhum atestado de capacidade técnica contém todo o texto do termo de referência do edital e contrato que o originou. Trata-se de um documento resumido com as principais informações. A recorrente sabe disto, mas subestima a inteligência dos pregoeiros lançando mão de argumentos vazios.

No tocante a alegação da recorrente quanto a insuficiência do tempo de execução dos contratos que deram origem aos atestados, para atendimento a qualificação técnica do edital, também não procede. Isto porque o edital não prevê prazo mínimo nos atestados. A recorrente quer aplicar descumprimento de regra do edital que sequer foi prevista, ignorando deliberadamente, repita-se, o princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

A recorrente tenta subverter a Lei Geral de Licitações ao seu gosto, sustentando que a Orientação Normativa nº 06/2018 expedida pela CGU teria algum efeito vinculante a presente licitação ou até mesmo se sobrepusesse as regras da Lei Geral de Licitações, o que não se fundamenta.

Tal orientação normativa foi emitida pela CGU com intuito de padronizar os procedimentos de emissão de atestados **pelas áreas técnicas do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União-**



CGU, VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 107 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 677, de 10 de março de 2017, e, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Instrução Normativa SEGES nº 05, de 26 de maio de 2017, bem como nos Acórdãos do Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º Esta Orientação Normativa objetiva padronizar os procedimentos para a emissão de Atestado de Capacidade Técnica pelas áreas técnicas do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, responsáveis pelo seu fornecimento.

Ou seja, esta orientação normativa é procedimento exclusivamente aplicado naquela seara federal específica, sendo bizarra a investida parlapatona da recorrente em tentar aplicar efeito erga omnes deste procedimento específico a órgãos diversos de outras esferas, ignorando a Lei de Licitações e o edital de licitação.

Nesse sentido, relevante o entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar. Esse princípio, que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, [...] o dispositivo deixa claro que o procedimento da licitação somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do



cumprimento das obrigações. (Direito Administrativo. 35ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2023.p. 414.)

Ainda, trata-se de lição enfrentada por Juarez Freitas:

Importa dizer que, no espírito da Lei Maior, a aptidão será aferida tão-somente no essencial, sendo que empecilhos sem sentido ou embaraçosos abusivos representam criminosas tentativas de frustrar a competitividade do certame, prejudicando o encontro da proposta mais vantajosa. (Estudos de Direito Administrativo, São Paulo: Malheiros, 1995, p. 164).

Ao analisar os atestados apresentados pela Recorrida, o(a) Ilmo(a). Pregoeiro(a) acertadamente constatou que a empresa demonstrou a capacidade técnica ao fornecer exemplos de experiência prévia em serviços de gerenciamento de frota.

Mais forçoso ainda é a tentativa mirabolante da recorrente, de alegar invalidade dos atestados apresentados, em razão de os mesmos serem decorrentes de contratos que, por sua vez tiveram origem de pregões que, por sua vez a recorrida atendeu a qualificação técnica com atestado expedido por pessoa jurídica de direito privado, que por sua vez a recorrente alegou à época que não era válido, o que foi afastado por aquele pregoeiro, confirmando o seu atendimento.

Tal raciocínio é surreal! O atestado a que ela se refere e discorre páginas e mais páginas em seu recurso sequer foi apresentado neste certame pela recorrente para comprovar sua qualificação técnica, e naqueles que foi apresentado e houve celebração de contratos, foi aceito por aqueles pregoeiros, pois legítimo.

Desta feita, sequer merece combater o mérito dos apontamentos da recorrente quanto ao atestado da recorrida emitido pela empresa Ezco, já que não foi apresentado neste certame, ou seja, não foi objeto de comprovação de qualificação técnica, e por esta razão, não é objeto de julgamento.

A recorrente lança mão de argumentos apelativos em todas as licitações que a recorrida participa e vence, na tentativa de capturar pregoeiros despreparados.

Para que não restem dúvidas quanto ao total despropósito da recorrente, pede-se vênua para juntar decisão de concessão de medida liminar em sede de agravo de instrumento impetrado face o município de Tanque Novo-BA¹, onde houve o mesmo tipo de tentativa de indução (ilegal) do pregoeiro ao erro, devidamente corrigido pelo poder judiciário, *in verbis*:

Da análise detida do edital, verifica-se que não há qualquer exigência expressa quanto a prazo mínimo de execução dos contratos que originaram os atestados, percentual mínimo de cumprimento contratual, conclusão integral dos contratos para validade dos atestados ou período específico de prestação de serviços.

A decisão administrativa que inabilitou a agravante se fundamentou em interpretação extensiva do dispositivo editalício, exigindo execução por período prolongado e desconsiderando atestados que demonstrassem execução parcial dos contratos, ainda que em andamento. **Tal**

¹ Documento em anexo.

interpretação viola frontalmente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 18, II, da mesma lei, segundo o qual tanto a Administração quanto os licitantes ficam adstritos aos termos do edital, **sendo vedada a introdução de exigências não previstas expressamente no instrumento convocatório.**

O princípio da vinculação ao edital constitui um dos pilares fundamentais do regime jurídico das licitações públicas, estabelecendo que o edital é a lei interna da licitação, vinculando tanto a Administração quanto os licitantes aos seus termos. Tal princípio visa garantir a isonomia entre os participantes e a transparência do procedimento licitatório, impedindo que a Administração altere as regras após a publicação do instrumento convocatório.

A jurisprudência é pacífica no sentido de que a Administração não pode criar, no curso do procedimento licitatório, exigências não previstas no edital, sob pena de violação dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia.

Assim, evidencia-se que a conclusão do contrato não é obrigatória para a emissão de atestado de capacidade técnica, salvo previsão expressa no edital, o que não é o caso em tela.

Os atestados apresentados pela agravante demonstram contrato com a Prefeitura de Pirapora/MG no valor de R\$ 4.151.245,27 para gestão de 192 veículos e contrato com CORENRS no valor de R\$ 42.955,06 para gestão de 16 veículos, totalizando 208 veículos sob gestão, quantidade substancialmente superior aos 101 veículos da frota municipal objeto da licitação.



Os valores contratuais são superiores ao estimado no certame, demonstrando experiência em contratos de maior vulto, havendo evidente compatibilidade técnica com o objeto licitado, qual seja, gerenciamento eletrônico de manutenção de frota.

A exclusão indevida da agravante do certame representa lesão ao direito constitucional de participar de licitações públicas, prejuízo financeiro irreparável considerando a perda da oportunidade de contratação, violação aos princípios da competitividade e isonomia nas licitações públicas e risco de consolidação de situação jurídica irreversível com a eventual homologação do certame.

Ante o exposto, ***defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento***, determinando, de logo, a suspensão dos efeitos da decisão agravada, para o fim específico de *assegurar à agravante JAMSE GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA o direito de participar das demais etapas do Pregão Eletrônico nº 015/2025, promovido pelo Município de Tanque Novo/BA.*

Número: **8041312-28.2025.8.05.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **Quinta Câmara Cível**

Diante do exposto, tem-se que as alegações da Recorrente são infundadas e não possuem o condão de deslegitimar as informações prestadas através dos atestados de capacidade técnica regularmente emitidos. O intuito da empresa é de, tão somente, tumultuar o processo licitatório com alegações rasas e falsas, que não modificam a demonstração da aptidão técnica da empresa participante.



Os pedidos de reforma da decisão que habilitou a empresa recorrida, comportam, para além em violação ao princípio da legalidade, em violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Frise-se que a regularidade dos atos administrativos decorre do exercício em exata conformidade da lei, sendo evidente o vício de legalidade na inabilitação de empresa sem qualquer respaldo editalício ou legal.

Leciona Celso Antônio Bandeira de Mello que: *“O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina. Ao contrário dos particulares, os quais podem fazer tudo que a lei não proíbe, a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autoriza.”*

No ordenamento jurídico pátrio há expressa previsão de necessidade de respeito ao princípio da legalidade nos atos administrativos:

Art. 37º, Constituição Federal: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte”

Art. 5º, da Lei nº 14.133/21: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942



(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Posto isso, tem-se claro que a decisão de habilitação e aceitação da proposta apresentada pela Recorrida, observou adequadamente a legislação e jurisprudência aplicáveis, bem como os princípios do processo licitatório, razão pela qual os Recursos Administrativos não comportam provimento.

2.3. DO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA.

Neste ponto, mais uma vez, a recorrente lança mão de alegações completamente fora de contexto e das regras do edital e da lei de licitações, na tentativa de inabilitar a recorrida no grito.

A recorrente, de forma deliberada, lança argumentos embasados em premissas que não encontram qualquer previsão, nem na lei, nem no edital. Em outras palavras, brada supostos descumprimentos pela recorrida que não merecem nem ser rebatidos, pois não encontram qualquer respaldo.

O edital, em consonância com a lei, exige para comprovação de qualificação econômico financeira das licitantes:

6.1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

a.1) O licitante em recuperação judicial deverá apresentar comprovação de que o **plano de recuperação** foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 e do art. 162 da Lei nº 11.101/2005

b) Para habilitação, a licitante deverá apresentar boa situação financeira que deverá ser comprovada pelos Índices de Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta online, no caso de empresas inscritas no SICAF, sendo que o licitante deverá apresentar valor igual ou superior a 1 (um) no índice de Liquidez Corrente e no índice de Grau de Endividamento o valor deverá ser de no máximo 0,85 (zero vírgula oitenta e cinco):

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Passivo Circulante

GE = $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$

Ativo Total

b.1) As empresas que apresentarem resultado inferior a 1(um) no índice de liquidez corrente deverão comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

Com efeito, a recorrida atendeu plentamente às exigências acima, apresentando a certidão negativa de falência e recuperação judicial, bem como os balanços dos dois últimos exercícios sociais e seus respectivos índices de boa situação financeira, tudo subscrito por profissional técnico habilitado (contadora responsável), atendendo a integralidade dos requisitos.

Consoante entendimento jurisprudencial, a exigência de requisitos não previstos no edital é ilegal e enseja a anulação do ato administrativo que a impôs.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA NO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. O edital de licitação vincula a administração pública e os licitantes aos seus termos. 2. *Hipótese em que a empresa foi inabilitada, após recurso administrativo, ao fundamento de que parte do serviço importaria prévia realização de atividades de atribuição de engenheiro, sem que tais atividades estivessem previstas no instrumento convocatório do certame.* 3.

*Possuindo o profissional técnico da empresa conhecimento que está dentro dos parâmetros objetivamente estabelecidos no edital de licitação, não há razão para a inabilitação desta (empresa) em relação a esse quesito. 4. **Recurso ordinário provido. Concessão da ordem.** (STJ - RMS: 69281 CE 2022/0220291-5, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 12/09/2023, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/10/2023).*

Diante do exposto, o recurso deve ser desprovido também por este ângulo.

2.4. DA PROVA DE CONCEITO.

A recorrente alega que o sistema da recorrida não atendeu aos parâmetros exigidos no edital, devendo ser desclassificada.

Sustenta que *“a análise da comissão identificou o não atendimento de 16 (dezesesseis) itens de um total de 50, resultando em índice de conformidade de apenas 68%, abaixo do mínimo de 80% estabelecido como critério objetivo de aceitação da proposta”*.

Tal afirmação é mentirosa, devendo a empresa ser punida por litigância de má fé por esta Administração de forma exemplar, para que utilize do seu direito recursal com honestidade e responsabilidade.

Note-se no teor da ata da POC, que em nenhum momento houve tal afirmação pela comissão julgadora. Pelo contrário, o teor da ata trás o seguinte:

Após análise detalhada da demonstração do sistema e cumprimento da maioria absoluta dos requisitos técnicos exigidos (acima de 80%), conforme determina o item 8.10



do TR, a Comissão concluiu:

A empresa JAMSE GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA foi aprovada na Prova de Conceito, por atender satisfatoriamente às funcionalidades essenciais previstas no Termo de Referência.

Desta feita, a recorrida atendeu plenamente aos requisitos de demonstração do sistema através da realização da POC, não devendo ser acolhida a pretensão da recorrente.

3. PEDIDOS

Diante de todo o exposto, pugna-se pelo recebimento e processamento das presentes Contrarrazões, dada sua tempestividade e regularidade.

No mérito, requer-se:

O desprovemento do Recurso Administrativo interposto, com a manutenção da decisão de habilitação e classificação da empresa JAMSE GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA como vencedora do certame.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Curitiba, 25 de julho de 2025.

JAMSE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA
Paulo Afonso Janz
Sócio Administrador
CPF 836.139.949-68 | RG 3659360-1 SESP PR